



# Liberdade

em Movimento

Nuno Correia da Silva

---

# LIBERDADE

---

## Moção de Estratégia ao XXXII Congresso do CDS/PP

O CDS/Partido Popular tem de conquistar o espaço político que a direita social alcançou por toda a Europa: Partido da LIBERDADE e da SOLIDARIEDADE

Liberdade é muito mais que um direito, é um pressuposto para o Homem se realizar na sua plenitude.

São duas premissas para o mesmo propósito.

O Propósito de cada um ser tanto quanto a sua vontade, o seu esforço conseguir e o seu saber permitir alcançar.

Portugal tem de rasgar todas as amarras que aprisionam os sonhos, que consomem o esforço e capturam ambições.

**Todos os anos o país comemora o dia da Liberdade, mas seremos verdadeiramente livres no Portugal de hoje?**

Seremos livres quando os mais velhos não podem escolher entre serem colocados num lar ou ter alguém que os cuide em casa?

Seremos livres quando temos de escolher entre a Farmácia e o Supermercado?

Seremos livres quando temos de entregar metade do que ganhamos para outros gastarem?

Seremos livres para ter filhos quando não há creches para os acolher quando vamos trabalhar?

Seremos livres para constituir família quando uma casa média, um T2, em Lisboa, custa 50 anos do salário médio?

Seremos livres quando não podemos escolher o médico que nos cuida?

Seremos livres quando não podemos escolher o hospital?

Seremos livres quando não podemos escolher a escola para os nossos filhos?

Seremos livres para aumentar a família quando o imposto sobre a habitação é indiferente à dimensão familiar?

Seremos livres quando queremos fazer valer, judicialmente, direitos que foram violados e temos de esperar anos e anos para reposição da justiça?

Seremos livres quando o Autoritarismo Fiscal executa primeiro e acerta depois?

O país que desejamos, com que sonhamos, que queremos deixar aos nossos filhos está muito longe de existir, só o CDS/PP o poderá construir.

Só o CDS/Partido Popular poderá construir um país de verdadeira Liberdade, onde o indivíduo é o centro das políticas e através do indivíduo renasce uma sociedade verdadeiramente Livre.

## **Marcar Fronteiras do CDS/Partido Popular**

Vivemos tempos desafiantes da nossa história, estamos no Governo e fazemos parte da maioria parlamentar. Mas o país não sente a influência do CDS/PP na condução do Governo.

A lealdade é uma marca de que nos orgulhamos, e seremos exemplo de parceiro de coligação, mas não se pode confundir lealdade com unanimismo. A Aliança será mais forte quanto maior forem as complementaridades, será mais fraca se diluir as diferenças.

Fomos sempre o Partido que esteve disponível para servir o país e fizemo-lo com sacrifício próprio, porque o sentido de missão assim impunha, mas é chegado o tempo de servir mostrando as virtudes do que nos diferencia.

Sem perder o foco no futuro, é importante tirar lições do passado. O CDS/Partido Popular terá de se afirmar, marcar as suas fronteiras políticas e o seu território eleitoral.

As coligações terão de ser encaradas como uma consequência e não como um princípio. O Parceiro natural é o PSD, mas as coligações não podem ser feitas de formas desgarrada e à medida das circunstâncias do momento. Isso custou-nos caro, muito caro.

Dissemos presente quando o país precisou de sair da banca rota socialista, aceitámos pertencer a um governo condicionado pela intervenção de um Troika que veio pela mão de um governo socialista.

Em nome de um interesse maior, a salvação da nossa economia, das empresas e dos empregos, aceitámos adoptar medidas impopulares, muitas vezes mal explicadas, é verdade, e aí devemos reconhecer o erro, mas que acabaram por impor ao CDS uma fatura eleitoral que não era nossa e que ainda pesa caro.

## **Um Partido Gregário - interna e externamente**

**A direita que agrega, que une vontades e convicções.**

### **Internamente**

Em 51 anos de história, num partido que sempre foi plural, que nunca se rendeu ao politicamente correcto, é natural que alguns confrontos tenham deixado feridas por fechar.

O tempo é, normalmente, o melhor remédio para sarar estas feridas, mas o partido não tem tempo. Não tem tempo para debates esgotados e inúteis sobre a quem pertence a maior fatia de razão.

Teremos de ser emocionalmente superiores, privilegiar o que nos agrega, focar no que poderemos fazer ao invés de ficarmos agarrados ao que não foi feito. Teremos de ter sempre presente a responsabilidade que assumimos perante o país, Portugal precisa da Democracia Cristã, precisa da doutrina política que criou o Estado garante de oportunidades por toda a Europa, o modelo que hoje é exemplo de sucesso e de bem-estar.

***Os portugueses têm direito a ter um partido de direita que seja conservador sem ser retrogado, a um partido que defenda a liberdade sem ser liberal, a um partido que valorize o mérito individual sem esquecer a solidariedade colectiva.***

Ser do CDS/PP é uma forma de servir Portugal, mas é sobretudo uma atitude, atitude de todos os que querem prosperar em liberdade, que procuram oportunidades sem esperar que sejam oferecidas, escolhendo o seu modo de vida, mas sem nunca esquecer a responsabilidade solidária.

### **Ser Gregário externamente**

O ambiente político tem promovido o conflito, não o receamos, quando necessário, mas não o promovemos para justificar a ausência de proposta política.

Quem não tem nada a acrescentar, divide para criar ruído e evitar que se fale do que é essencial. E o Essencial é o emprego, são os mais velhos, são as crianças, é a saúde, é a educação e a segurança.

A agenda do ódio cresce todos os dias, alimenta-se dela própria, é destrutiva e deixa pouco espaço para quem quer construir.

O debate transformou-se em ruído, onde se aumenta o volume para esconder a ausência de resposta política.

Não falam porque nada têm a dizer, há muito que se instalaram no presente e esqueceram o futuro.

Primeiro a esquerda, mas agora também contagiou a direita, dividem tudo e todos.

Dividem os do norte contra os do sul, fazendo acreditar que uns trabalham e outros vivem do esforço alheio.

Dividem os mais velhos contra os mais novos, tentando criar um conflito de gerações

Dividem em função do sexo

Dividem em função da alimentação

Dividem em função da profissão

Dividem tudo e todos porque é na divisão que o ódio encontra terreno fértil e é de ódio que se alimentam.

### **Um partido com um Parlamento Digital**

Os militantes do CDS/PP são o seu melhor activo, são de uma resiliência única, de um despreendimento ímpar e de uma entrega sem limites.

Nunca entendemos a razão pela qual, em vésperas de eleições, surgem grandes vedetas para integrar os lugares cimeiros das listas. Há quem tenha pertencido ao Governo sem nunca ter passado por uma Concelhia, sem ter sentido o partido, sem ser contagiado pelo sentido de serviço que nos caracteriza.

Somos contra o carreirismo, não é pela antiguidade que se alcançam direitos, mas também não aceitamos militâncias de oportunidade.

Os critérios que servem para vencer no partido terão de ser os mesmos que reclamamos para vencer na sociedade: O esforço, a dedicação e a competência.

Para que cada um possa colocar o melhor de si ao partido, terão de ser desenvolvidos mecanismos de participação, inspirados nas novas formas de comunicação, que permitam uma militância mais activa e uma participação continua no processo de decisão.

Deverá ser desenvolvida uma APP que irá oferecer múltiplas possibilidades ao militante do CDS/PP, nomeadamente:

- Participar nas principais decisões do partido
- Ser parte nos fóruns de debate
- Acompanhar em directo as actividades do Partido

### **Valores e identidade**

Na política procuramos os instrumentos que permitam servir o país, construir uma sociedade mais humana, mais solidária e, sobretudo mais Livre.

Uma sociedade onde os valores que constituem a sua razão de ser não são questionados, onde a estrutura ética una, com o cimento dos valores, o edifício a que todos pertencemos.

### **Valor da Vida**

A vida é o primeiro dos valores, não a questionamos, protegemo-la!

O debate sobre este tema tem estado aprisionado nas designadas questões fracturantes, obedecendo a uma agenda de esquerda, mas tem esquecido as questões fundamentais.

Hoje, o SNS é mais célere a intervir num pedido de aborto do que a responder a pedidos de assistência para tratamentos de fertilidade. São cada vez mais os casais a necessitarem de apoio

médico para ultrapassar problemas de infertilidade. A ciência tem evoluído, oferecendo cada vez mais tratamentos e métodos alternativos, mas o SNS é lento a acolher as novas soluções, as pessoas são obrigadas a recorrer a serviços de clínicas privadas, pagando preços absolutamente inacessíveis à maioria da população.

O CDS/PP será o garante, também, desta liberdade, exigirá que o Estado financie estes tratamentos independentemente de estarem disponíveis no sector público ou privado.

A adopção também é dos temas que a esquerda quer reduzir a questões fracturantes, mas hoje todo o processo de adopção precisa de ser simplificado, conferindo celeridade sem perda de garantias.

Não faz sentido que o Estado esteja disponível para pagar a institucionalização de uma criança, e bem se não existirem alternativas, mas quando a criança é adoptada todos os custos sejam suportados pelos pais adoptivos, até as consultas de psicologia, requisito do processo de adopção, têm de ser suportadas pelos novos pais.

Para o CDS/PP os critérios de adopção só podem obedecer a um critério: o superior interesse da criança.

### **Valor da Família**

A Família é a “pedra de abóboda” da sociedade.

É a família que nos enquadra no tempo e na história, a orfandade histórica representa o apagar da memória e é muito perigosa, porque nos enfraquece, enfraquecidos seremos mais facilmente manipuláveis.

Somos o que somos por aquilo que fomos, é na família que recebemos ensinamentos que permitem não repetir erros, que nos indicam as coordenadas correctas e onde encontramos abrigo nos piores e melhores momentos.

Todos precisamos de todos, ninguém é feliz sozinho. A família é a primeira célula a que pertencemos, num corpo a que se chama Portugal.

Proteger a família é a melhor forma de combater a crise demográfica, é a garantia da nossa continuidade, é semear os valores do respeito, da solidariedade, da generosidade, de entrega a um todo a que pertencemos e que sem ele somos muito menos.

Combatemos e combateremos a ideologia de género que quiseram impor nas escolas, roubando a inocência das crianças e criando uma geração de aviário.

**Não aceitamos que a escola ensine afectos e teorias sexuais enquanto em casa temos de ensinar a Matemática e o Português.**

Não, não somos nós que estamos errados, é a esquerda que quer por o mundo a girar ao contrário.

Não somos nós que estamos errados por defendermos a família e a natalidade. Por defendermos que os apoios devem ser dados aos mais novos e aos mais velhos, porque não podem trabalhar, ao invés de serem oferecidos a quem não quer trabalhar.

### **Valor da Solidariedade**

A solidariedade é a nossa marca identitária.

É o nosso ADN, somos democrata-cristãos porque assumimos que todos somos responsáveis por todos.

Para o CDS/Partido Popular o valor da solidariedade deve ser a matriz de todas políticas.

Num tempo em que o egoísmo parece fazer caminho pelas estradas da indiferença, o CDS-Partido Popular será sempre a voz que apela à nossa dimensão humanista e Universalista.

### **A Direita Social – A Direita Popular**

Retomar a designação de Partido Popular permitirá reposicionar o Partido no espaço correcto, o partido de quem madruga, que trabalha até faltarem as forças, que aproveita os seus méritos, mas sem nunca esquecer a responsabilidade solidária para com os outros.

***Somos a direita da liberdade, que não aceita que nos colectivizem, que não aceita que nos formatem os filhos e institucionalizem os avós.***

Somos conservadores nos valores, mas não somos conservadores nos sonhos e nas ambições.

Somos conservadores nos valores e princípios porque tal como a árvore que cresce precisa de um tronco sólido e firme e quanto mais sólido e firme for esse tronco, mais poderá crescer e maior diversidade poderão ter os seus ramos.

Mas, somos ambiciosos, inconformados e determinados, abertos ao que é novo, desde que não seja pela simples novidade.

O Partido Popular terá de ser o partido das pessoas que não esperam pelos outros para resolverem os seus problemas, que querem viver do seu esforço, sem esquecer a responsabilidade solidária, que não se queixam, mas não significa que não tenham problemas, que não estão sindicalizados, mas não significa que o rendimento seja suficiente, estas pessoas são a “gente” do PP, são a moça “gente”.

Imigração – Somos um país de diáspora, vivemos sempre em ligação ao mundo. Há portugueses da Ucrânia, portugueses de Angola, Portugueses do Brasil....

Livres seremos capazes de derrubar qualquer muro, vencer qualquer obstáculo, não há limites ao que podemos fazer.

## ***Portugal – O País que Queremos***

Queremos um país de oportunidades, onde as novas gerações encontrem, dentro de fronteiras, as condições para a realização plena dos seus sonhos e ambições, sem espartilhos burocráticos, sem as amarras de uma administração pesada que tudo controla e nada produz, sem externalidades ou custos de contextos que os obriguem a trabalhar o dobro para receber metade.

Quando o país não é competitivo nos factores críticos de sucesso, são os salários que sofrem.

### **Factores Críticos de Sucesso**

1. Energia
2. Financiamento à Economia
3. Formação/Educação

## ***Energia/Ambiente – A Nova Liberdade***

A Energia, a sua produção, conservação e distribuição, constituem o fator mais diferenciador entre economias.

A Guerra na Ucrânia, provocada pela invasão tirânica da Rússia, feriu de morte a globalização tal como a conhecemos das últimas décadas. A ideia de um mundo global onde cada Estado se especializa no que melhor sabe fazer e depois, pelas trocas globais, todos satisfazem as necessidades todos, morreu!

A Geopolítica impõe a procura por novas soberanias, desde a soberania política, à soberania Económica e soberania Energética.

A soberania, tão cara à direita e que o CDS/PP sempre assumiu como bandeira, não se esgota na construção de Jean Bodin. *“Estado que não conhece poder superior na ordem externa nem igual na ordem interna”*.

A soberania também se revela nas dependências que temos com o exterior, há sectores da economia que terão de ter produção garantida em Portugal, como seja a produção de cereais, de medicamentos, material hospitalar, material militar, entre outros.

Mas, há uma nova Soberania que teremos de conquistar e será determinante para ganharmos vantagem competitiva perante o mundo, é a soberania Energética.

A Guerra no Irão é o exemplo vivo desta premissa.

O tema da energia tem sido central nas campanhas eleitorais dos países democráticos do ocidente, mais cedo do que tarde chegará a Portugal, o CDS/PP deve ser pioneiro e principal protagonista desta agenda.

O mundo democrático passou a ter uma agenda reivindicativa como nunca antes tinha conhecido. As exigências de satisfação cresceram exponencialmente e o mundo assistiu à construção de uma colossal e estranha máquina de produção.

Colossal porque atingiu níveis nunca antes conhecidos e estranha em virtude das consequências. Suportada no consumo de Petróleo os prejuízos provocados ao ambiente ultrapassam em valor e em intensidade o somatório de tudo o que até hoje foi produzido. Se colocássemos, na balança da racionalidade, de um lado todo o valor produzido e do outro os prejuízos causados ao planeta certamente que o prato dos prejuízos apresentaria um peso consideravelmente maior e qualquer abordagem racional desaconselharia esta opção.

Em razão da limitação de stocks disponíveis ou porque o mundo não aguenta mais as consequências da utilização do petróleo - a concentração de CO<sub>2</sub> aumentou 37% (284ppm para 385ppm) em 100 anos- é imperativo adoptar uma fonte energética alternativa. De nada serve a capacidade produtiva instalada se não tiver energia que a alimente, é como ter um carro de alta cilindrada e não ter combustível para fazer o motor funcionar.

É um exemplo clássico mas é real, pode estar mais próximo do que imaginamos e alerta para a ficção que se instalou nos números das reservas oficiais. As regras de produção da OPEP, que impõem quotas de produção anual em função das reservas que cada país membro tem, fomentam a sobrevalorização dos stocks. Não existindo qualquer entidade internacional idónea que fiscalize e confirme as reservas anunciadas por cada país a tentação de inflacionar o valor é muito elevada, quanto maior for este valor maior é a quota anual de produção permitida. O mundo tem toda a sua máquina produtiva alicerçada em estimativas de petróleo absolutamente falaciosas, sem qualquer controlo independente e credível.

A insegurança que se instalou sobre as quantidades de Petróleo disponível e, conseqüentemente, sobre o seu preço no médio e longo prazo, provocaram uma onda de incerteza que retraiu, globalmente, o investimento e tornou a economia mundial refém de uma energia incerta.

Só voltaremos a assistir a nova pujança e fulgor económico quando for adoptada uma fonte energética alternativa. Sempre que há sinais de retoma económica os preços do petróleo disparam provocando nova retracção, é assim desde há 30 anos, o sinal é claro, as reservas de crude já não suportam a máquina de produção instalada.

Não é necessário esperar por qualquer descoberta fantástica, basta estruturar, desenvolver e potenciar a rede de produção e distribuição de energia eléctrica gerada por via das fontes renováveis (eólica, fotovoltaica e hídrica) para inaugurar um novo ciclo. A tecnologia de produção por via de fontes renováveis, actualmente disponível, permite fornecer **seis vezes** mais energia do que aquela que o mundo consome. A tecnologia já cumpriu a sua missão, oferece alternativa com viabilidade comprovada quer em eficácia quer em custos.

A perigosa dependência do petróleo é, hoje, fruto de razões cooperativas, de estranhos equilíbrios geoestratégicos e, sobretudo, da falta de audácia das lideranças políticas. O petróleo é uma energia com acesso assimétrico entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. Os números são elucidativos: apenas seis Estados (EUA, China, Japão, Índia, Arábia Saudita e Alemanha) consomem metade da produção mundial, sendo que um deles, os Estados Unidos, sozinho, consome quase 25%. Com estas disparidades de acesso não será possível promover o desenvolvimento e o bem-estar em todo o mundo subdesenvolvido, criando assimetrias que constituem terreno fértil para conflitos e novas guerras.

Hoje, com a actual dependência do petróleo, não seria possível elevar os padrões de bem-estar do resto do mundo para os níveis registados no designado mundo ocidental, esta energia não teria capacidade de responder à procura que esse desenvolvimento implicaria. A África subsariana consome, apenas, 1,9% do petróleo produzido anualmente enquanto os 20 países com maior consumo, consomem 75%. O mundo, prisioneiro do petróleo, será sempre um mundo assimétrico, um mundo desigual e propenso para o conflito.

O Petróleo, enquanto energia finita, com crescente rivalidade no consumo, nos últimos 20 anos o preço do barril quintuplicou, passou de 17\$ para mais de 100\$ (já esteve perto dos 200\$), será sempre factor de divisão e de conflito.

Ao contrário, as fontes de energias renováveis são bens públicos, não concorrentes no consumo, que servem o progresso e o desenvolvimento de todos os que a queiram e saibam aproveitar. Entre as múltiplas virtudes associadas às fontes renováveis, creio merecedor de destaque a universalidade de acesso, todos e em qualquer lugar podem beneficiar de uma energia limpa, infinita e eficiente.

Em complemento às energias renováveis, Portugal deve considerar a opção pela energia nuclear. A tecnologia evoluiu muito, tornando-a, hoje, numa energia barata e segura.

É ESTE O CAMINHO. Implantar fontes alternativas de base renovável será a verdadeira nova fronteira, onde o acesso à energia, a matéria-prima que tudo faz mover, será o passaporte do mérito, do saber e do esforço para a prosperidade.

### ***Financiamento à Economia – Liberdade para Investir***

A União Europeia criou um mercado aberto, sem quaisquer barreiras aduaneiras à circulação de produtos. Com o fito de proporcionar um mercado de maior dimensão e por essa via criar ganhos de escala, permitindo criar vantagem competitiva no mercado global, todas as empresas são livres de venderem os seus produtos para qualquer destino dentro da EU, livres para venderem e livres para se instalarem. Todavia, o mercado que abriu em todos os sectores, deixou um de fora, a Banca.

A Banca manteve as fronteiras, uma empresa ou uma família portuguesa não pode, por ausência de regulamentação que o permita, financiar-se em qualquer banco europeu, como também carece de autorização do Banco de Portugal a abertura de sucursal estrangeira em Portugal.

Para que o acesso ao financiamento seja igual para todos no seio da EU o CDS Partido Popular será uma voz que não se calará até que este obstáculo seja eliminado.

### ***Formação/Educação – A Fonte de Liberdade***

A Formação e a Educação constituem o maior activo de uma pessoa, de um povo e de um país.

Portugal tem de assumir como principal desígnio alcançar os níveis mais elevados de formação de todo o mundo.

A Formação é o melhor garante do bom funcionamento do elevador social.

A formação é o nosso melhor passaporte para o sucesso

A Educação é a principal fonte de liberdade, individual e colectiva. As pessoas bem preparadas escolhem o emprego, as pessoas com pouca formação esperarem por ser escolhidas.

***Não poderemos esperar bons resultados com os alunos se não valorizarmos os professores. Para o Partido Popular a dignificação e valorização da carreira docente é a prioridade das prioridades.***

Ser Professor é mais que uma profissão, é uma missão, mas não pode ser um “sacerdócio”. São os professores que motivam os alunos, que os fazem acreditar nas suas próprias capacidades, que permitem que cada um descubra o melhor de si, que lançam as sementes de uma geração mais preparada e mais motivada.

## **O Desafio Político e social**

### **Desafios do presente e do futuro**

Os sinais de alarme soam cada vez com mais intensidade, a tendência da evolução demográfica indica que Portugal perderá 30% da população nos próximos 30 anos, é o alarmante duplo 30.

O impacto desta mudança atingirá todo edifício político, social e económico conforme hoje conhecemos.

Politicamente teremos as decisões a serem tomadas por uma população não activa, uma população dependente, uma população que procura segurança, estabilidade e confiança. Será um voto menos emocional e mais racional, um voto temperado com a experiência, pouco disponível para avaliar aventureirismos.

No processo de mudança surgirão partidos marginais, alimentados pelo descontentamento, não necessitam de propor ou corporizar qualquer solução, basta assumirem a voz de protesto, são meros amplificadores dos problemas. Mas, será fogo fato, são partidos de marca branca, rapidamente perderão espaço.

Socialmente as alterações comportam um impacto violento, nomeadamente nos sectores sociais.

Mantendo os modelos actuais, será inevitável a falência dos sistemas de protecção social.

Na saúde assistiremos a um aumento exponencial dos cuidados, seja pelas más razões, o envelhecimento da população e inversão da pirâmide demográfica, seja pelas boas, nomeadamente o desenvolvimento da ciência com oferta de novos tratamentos e doenças consideradas sem tratamento a evoluírem para doenças crónicas.

Na educação a situação será, pelo menos, desafiante. A futura estrutura etária alterará todo o mapa escolar, muitas escolas não cumprirão os rácios mínimos para se manterem em funcionamento, implicando a agregação com outras escolas, em benefício da eficiência e da socialização dos alunos, mas em prejuízo da escola de proximidade.

O corpo docente terá uma média de idades elevada, apresentando já hoje números nada entusiasmantes, apenas 1% dos professores tem menos de 30 anos e 50% tem mais de 50.

Na Segurança Social será insustentável manter os regimes sobre os quais se ergueu todo o sistema de protecção social. As pensões de reforma assentam num regime redistributivo, onde a população activa sustenta a população inactiva.

O regime foi construído no rescaldo da segunda guerra mundial, período caracterizado por forte crescimento demográfico, característica comum em períodos pós-guerra, e está estruturado para uma pirâmide etária de base larga, ou seja, com vantagem acentuada da população mais nova e activa sobre a população mais velha e dependente.

A inevitável inversão da pirâmide, consequência da evolução demográfica que atravessamos, não é compatível com o modelo actual, é imperativo encontrar novas soluções, uma nova arquitectura do edifício da segurança social ajustada à realidade, ao contexto demográfico, social e económico.

Do sistema actual, de base redistributiva e com benefícios definidos (Os beneficiários sabem e conhecem as condições de atribuição da pensão de reforma), teremos de evoluir para um novo modelo, um sistema misto, com uma componente de garantia pública e um complemento de base individual, ou de capitalização.

Ao Sistema público compete garantir uma pensão que substitua o rendimento do trabalho, uma pensão indexada ao PIB/per-capita, convertendo o sistema de benefícios definidos em contribuições definidas. É a solução que garante definitivamente a sustentabilidade do sistema, adquirindo imunidade às oscilações demográficas, todas as outras alternativas se reduzem a adiar o problema, não apresentam uma arquitectura sólida face ao novo paradigma demográfico.

O complemento de base individual poderá ser repartido em dois subsistemas, um de capitalização em fundo público e outro, opcional, de capitalização em fundo público ou privado.

A transição para o novo modelo é um imperativo da sustentabilidade e de adequação à nova conjuntura, mas não será neutro, não será socialmente indiferente, não faltarão contestações e fortes mobilizações dinamizadas por quem, egoisticamente, não abdica dos seus interesses, mesmo sabendo que está a passar para as gerações futuras a fatura dos desmandos do presente.

O espaço político está disponível para quem souber e quiser dar resposta a estes grandes desafios. Curiosamente, ou talvez não, são os governos de esquerda, na sua deriva de irresponsabilidade e de egoísmo geracional, que só se importam em alimentar o mercado eleitoral com soluções de curto prazo, sem qualquer estratégia, que estão a provocar a falência do Estado Social.

O crescimento dos partidos de direita, por toda a Europa, resulta da descredibilização da esquerda, do cansaço da sua governação e da manifesta incapacidade de apresentarem um novo modelo que se ajuste à realidade sócio demográfica.

Tendência política que também chegou a Portugal. Todavia, os partidos da direita política portuguesa não são vistos como partidos com preocupações sociais e, por isso, não são reconhecidos como alternativa credível para os novos desafios.

É uma contradição política, porque a Democracia Cristã foi o berço da protecção social. Foi no cristianismo que a civilização ocidental bebeu os princípios conformadores da solidariedade institucional, do dever de repartir a riqueza criada, do sentido do bem comum.

Por múltiplas razões, perdemos esse posicionamento, não somos percebidos pelas pessoas como partido de causas, muito menos de causas sociais. A participação no governo, entre 2011 e 2015, que esteve condicionado pela Troika, deixou marcas profundas, uma fatura diferida no tempo que estamos a pagar.

Para virar a página é importante compreender o passado, perceber como chegámos à crise de 2008/2015. Serão várias as razões, mas há uma que se destaca: o descontrolo do sistema financeiro, nomeadamente no que à Europa diz respeito e a Portugal em particular.

Em 2002 Portugal aderiu ao Euro, o CDS/PP avisou dos riscos, alertou para a fragilidade que constitui a convergência nominal sem uma convergência real, mas o coro da maioria do então PS/PSD abafou os alertas que responsabilmente emitimos.

Passámos a ter uma moeda hipervalorizada, uma moeda que oferecia vantagens para a indústria financeira, mas com um impacto muito negativo no sector produtivo, nomeadamente nas exportações. Em 2002, ano de entrada em circulação do Euro, um americano, por exemplo, precisava de 35 dólares para comprar uns sapatos portugueses de 8.000\$00 (40€), hoje, em 2019, para comprar uns sapatos de 40€ necessita de 55 dólares.

A nova moeda, o Euro, reduziu a competitividade, criou dificuldades às empresas que ficaram sem margem para aumentar salários e o poder de compra deteriorou-se muito. Em sentido contrário evoluiu o acesso ao crédito, sobretudo o crédito ao consumo. O crédito fácil, com taxas de juro relativamente acessíveis, a face positiva do euro, permitiu atenuar o embate da moeda nas economias familiares, mas não evitou o problema, apenas adiou, com o tempo a factura chegou com estrondo com a crise financeira.

Crise que tem origem numa cumplicidade perigosa entre a política e o sector financeiro.

Cumplicidade política porque o acesso a juros baixos ficou restringido à Banca, só os bancos puderam aceder ao financiamento directo, a juros baixos, actualmente negativos, disponibilizado pelo Banco Central Europeu. Por outro lado, o banco central europeu aceita como colateral (garante do financiamento aos Bancos) títulos da dívida pública, criando uma tempestade perfeita.

Os Estados emitiram dívida que era imediatamente adquirida pela Banca, dívida que foi apresentada como colateral de garantia junto do BCE permitindo à Banca recuperar o dinheiro

gasto na aquisição da dívida pública e ainda ficar com um diferencial de 2 ou 3% nas taxas de juro. Uma operação fácil, de mera intermediação, que pela facilidade levou a uma espiral desastrosa, os Estados fizeram crescer irresponsavelmente a dívida soberana, não com despesas de investimento que pudessem, mais tarde, gerar valor para liquidar as responsabilidades, mas com despesa primária, despesa corrente, não produtiva. Assim criou-se um “monstro”, um Estado como uma despesa muito superior à que a economia poderia suportar.

Quando o Banco central fechou a torneira o Estado teve de se financiar no mercado internacional e as taxas de juro começaram a subir, quanto mais subiam, maior era o risco de emprestar dinheiro e por isso a notação das agências internacionais começou a cair, a dívida soberana portuguesa foi considerada lixo e entrámos em pré-bancarrota.

O pedido de ajuda internacional, que se concretizou através da Troika, para além de uma humilhação, foi também um certificado de óbito às políticas adoptadas e à forma como se procedeu a adesão ao euro.

Entre 2011 e 2015 Portugal, intervencionado pela Troika, teve de proceder à correcção dos erros acumulados durante os anos anteriores, foi obrigado a emagrecer a máquina do Estado que cresceu irresponsavelmente à custa de défices sucessivo que se satisfiziam com emissão de dívida, facilmente absorvida pelo crédito fácil.

## **Europa**

A política europeia da concorrência foi uma das grandes forças institucionais da União. Protegeu consumidores, limitou potenciais abusos e ajudou a manter mercados abertos num continente historicamente fragmentado. Mas o mundo está diferente. E a pergunta hoje já não pode ser se a Europa protege suficientemente a concorrência, mas sim se estará a aplicar regras pensadas para mercados mais estáticos, num tempo em que a competição real é global, tecnológica, intensiva em capital e dependente de escala

O desafio europeu não está em escolher entre concorrência e escala. Está em saber se essa política está dimensionada para um mundo em que a competição já não se joga apenas dentro de fronteiras nacionais, ou mesmo europeias. A Europa não precisa de menos concorrência. Precisa de menos regras e mais inteligentes, mais rápidas e mais ajustadas ao contexto atual. Precisa de distinguir melhor entre concentração que fecha mercados e concentração que cria capacidade para competir globalmente. Precisa de proteger consumidores sem condenar empresas europeias à pequena escala perpétua.

***A moção que apresentamos constitui um contributo para um debate que pretendemos intenso e participado, estaremos presentes em todo o país para defender as ideias que aqui estão vertidas e, sobretudo, ouvir.***

***Ouvir o partido, é um imperativo das circunstâncias, mas também uma atitude que caracteriza os subscritores da Moção.***

***Liberdade*** foi o nome escolhido, é o pressuposto para tudo o que aqui propomos, só sendo livres poderemos ser tudo o que desejamos, tudo o que o esforço permitir e tanto quanto o mérito alcançar!

***Viva o CDS/ Partido Popular***

***Viva Portugal***